

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO.

Esmeralda Porfírio de Sales (UEPB)¹

Michelle Chaves de Araújo (UEPB)²

RESUMO

A profissão do Arquivista nos dias atuais vem sendo alvo de discussões que ensaiam sobre até que ponto as tarefas arquivísticas podem ser realizadas por não-detentores de saberes científicos, o senso comum. Neste sentido, este trabalho buscou em uma profissão que há muito existe e que tem seu devido reconhecimento de importância social: o médico, para fazer um estudo comparativo entre as profissões, médico e arquivista, no que tange suas atuações, procedimentos, propósitos, vestimentas, códigos de ética e instrumentos de trabalho. Com este estudo buscamos elucidar sobre a importância da profissão de arquivista na sociedade contemporânea. Para uma melhor fundamentação teórica do proposto pelo nosso estudo nos valem as vozes de vários autores pertencentes ao círculo de profissões em estudo. Os eixos metodológicos configuram uma pesquisa bibliográfica refletindo experiências que aproximam ambas as profissões.

Palavras-chave: Arquivista. Médico. Profissão. Competências

¹Professora do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
esmelsalles@yahoo.com.br

²Estudante do Curso de Bacharelado em Arquivologia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
milkaraujo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente abertura no seu campo empregatício a profissão de Arquivista vem sendo alvo de discussões que ensaiam sobre até que ponto as tarefas arquivísticas podem ser realizadas por não-detentores de saberes científicos, pelo senso comum. Neste sentido, este trabalho buscou em uma profissão que há muito existe e que tem seu devido reconhecimento de importância social: o Médico, para fazer um estudo comparativo entre as profissões, Médico e Arquivista, no que tange suas atuações, procedimentos, propósitos, vestimentas, códigos de ética e instrumentos de trabalho. Com este estudo buscamos elucidar sobre a importância do Arquivista na sociedade contemporânea e contribuir, ainda que inicialmente, para o reconhecimento social deste profissional. Para uma melhor fundamentação teórica do proposto pelo nosso estudo nos valemos das vozes de vários autores pertencentes ao círculo de profissões em estudo, fazendo para isto uso de pesquisa bibliográfica que reflete pontos em comum entre as profissões em questão.

A Arquivologia enquanto Ciência Social Aplicada tem em sua composição o caráter interdisciplinar. Ao tratar da proximidade existente entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, Fonseca *apud* Silva (2008, p. 14) nos fala da constatação de relações interdisciplinares entre essas áreas do conhecimento

A homogeneidade com que teses e dissertações com temáticas arquivísticas são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil ratifica a existência de efetivas relações interdisciplinares entre ambas as áreas.

A consulta constante da Arquivologia a outras áreas que vão além da mais associativa como a Ciência da Informação é essencial para um eficiente desempenho da atividade do Arquivista. Este profissional trabalha com auxílio de outras áreas; algumas citadas por autores abastecidos do assunto: Direito, Administração e História. Sejam estes “abastecimentos” relacionados às suas atividades ou linguagens de especialidade, até a contribuição para melhor desempenho de suas atividades administrativas, no caso das empresas e proporcionando a melhor forma de resgate documental para historiadores, assim como aos procedimentos jurídicos.

A Arquivologia compreende-se ainda como uma área que tem a necessidade da realização de estudos científicos sobre suas diretrizes. Buscando o novo este trabalho traz a comparação entre duas profissões: o médico e o arquivista. Tem como objetivo

neste estudo comparativo e associativo responder a premissa de que o arquivista seria ou não o “médico” dos arquivos. Com um olhar voltado ao dia-a-dia destes dois profissionais expomos a relação de proximidade destas duas profissões em suas atuações, procedimentos, propósitos, objetivos, vestimentas, códigos de ética, instrumentos de trabalho. Para uma melhor fundamentação teórica do proposto pelo nosso estudo nos valeremos das vozes de vários autores pertencentes ao círculo e tidos como referência no espaço da Ciência da Informação, os quais constam “importantemente” ao final do nosso trabalho em nossas referências.

Adotamos como instrumento de pesquisa o caráter investigativo que nos fica explícito em Quivy e Campenhoudt *apud* Silva (2008, p. 14) quando nos dizem que

Uma investigação é por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas, que nisso implica. Muitos vivem esta realidade como uma angústia paralisante; outros, pelo contrário, reconhecem-na como um fenômeno norma, e numa palavra, estimulante.

2. COMPARATIVO ENTRE AS PROFISSÕES DO MÉDICO E DO ARQUIVISTA: Conceitos e Princípios

Partindo para a exploração do nosso trabalho começaremos afirmando que: ao nascermos a primeira pessoa com quem temos contato, que nos auxilia no processo de nascimento, é o médico, e não precisamos de solo teórico para esta afirmativa, uma vez que trata-se de uma simples constatação. O médico obstetra é capacitado para o auxílio no nascimento de crianças, fazendo com que este processo aconteça de modo que seja preservada a vida e a saúde tanto da criança quando da mãe. Para este ato ser possível e evidente se faz necessário que este médico cumpra a princípio com suas responsabilidades acadêmicas e que estas lhes fundamentem para tanto. Colocando sob esta ótica, com uma visão utópica arquivística de quem aqui vos escreve, o quão seria válido, se o nascimento de um documento também tivesse o acompanhamento de um profissional que sobre ele detém conhecimento, que sabe qual a melhor forma de manter a sua “saúde” aparada ainda nos primeiros suspiros ocorridos em sua fase corrente, a sua primeira idade, na sua criação, na sua elaboração. Na medicina temos os “falsos médicos” que só são notados após terem prejudicado muitos da sociedade, com perdas

muitas vezes irreparáveis em suas ações, mediante a complexidade que se detêm a esta profissão. A Arquivologia ainda carece de que seus atuantes passem por formação acadêmica e quando nela, por uma melhor formação. Enquanto há o andar da luta pelo reconhecimento na profissão o que vimos são pessoas quando muito, com cursos técnicos realizando tarefas que seriam de um profissional com formação superior pelos mesmos propósitos da medicina: o tratar de documentos é uma tarefa complexa e quando os procedimentos não são realizados com responsabilidade e conhecimento, os danos podem ser irreparáveis ou então muito mais complicados de serem “remediados”. Lopes (1993, p. 42) traz:

precisamos investir cada vez mais na formação profissional de agentes da informação arquivística, treinados e cultos. Estes profissionais, arquivistas reciclados oriundos do ainda precário ensino brasileiro de graduação e pós-graduação nesse domínio e em outros correlatos, **podem ser os redentores do acúmulo desordenado que leva a perdas irreparáveis** (grifo nosso)

Com uma visão “médica e documentarista” Lopes (1993, p. 42), é explícito em tratar da solução para estas perdas: “A solução definitiva do problema só é possível com o **tratamento da doença** na origem: os arquivos correntes. As massas documentais existem, porque os documentos na fase corrente não foram objeto de tratamento técnico-científico” (grifo nosso).

Algumas particularidades da atividade arquivística só poderão ser desempenhadas com conhecimento de causa, a exemplo da preservação. Os avanços tecnológicos a cada dia lançam inovações que merecem ser utilizadas, sem que este profissional, ou que esta tarefa seja realizada, de modo repetitivo e arcaico, daí a obrigatoriedade também do profissional que se presta a estas atividades viver em constante aprendizado, assim como acontece com os profissionais da área médica, em que a cada dia novas descobertas são feitas e que estes profissionais necessitam “por obrigação” de saber lidar com elas para um perfeito desempenho de sua função. Sobre as inovações e a importância do arquivista neste sentido temos Silva (2008, p. 15) nos informado que

A atual diversidade dos suportes e proliferação dos meios de produção, controle, armazenamento e distribuição da informação ratificam a necessidade de ampliação proporcional do conhecimento,

do desempenho e da participação efetiva do profissional da informação nas questões relativas preservação, no Brasil e no mundo.

Tarefas técnicas não podem ser confundidas com entendimento científico, assim como um técnico de enfermagem não pode substituir um cirurgião, um técnico de arquivo “não deve” substituir o trabalho de nível superior. Neste sentido Lopes (1993, p. 42) nos fala que “infelizmente há também quem não tem a visão completa do problema e se arrisca a executar trabalhos para os quais não estão preparados”. Além do valor administrativo, os documentos devem ser observados em suas outras funções: valor probatório e histórico. Neste sentido esta em jogo o direito do cidadão, por exemplo, e a salva-guarda da história, tão importante para a compreensão do nosso trajeto humano. O Arquivo Nacional (1995, p. 09) em seu texto: “Gestão de documentos - Conceitos e Procedimentos Básicos” nos fala que os arquivos históricos refletem, nos dias atuais, as atividades desenvolvidas por civilizações de outras épocas.

São muitos os procedimentos a serem desenvolvidos na atividade arquivística do que simples estratégias de organização de papéis. Diante da constatação da importância de um profissional nas primeiras fases de vida do documento, se faz necessária a aplicação da gestão nestes documentos antes mesmo de sua criação. A fase “gestacional” do documento deve ser acompanhada pelo arquivista no sentido que haja uma conscientização a respeito da criação de documentos e que estes sejam criados de forma padronizada para assim auxiliar o processo de gestão que será realizado nas suas outras fases: intermediária e permanente. Lopes (1993, p. 42) cita a tarefa do arquivista de modo multifacetado quando fala a respeito da profissão que

não nos cabe somente classificar e avaliar. Temos também a missão de orientar a forma mais econômica e racional de se gerar documentos, incluindo, por exemplo, na produção formulários, correspondências, relatórios, fotografias, documentos microfilmicos e registros informatizados.

Quem nunca escutou o dizer médico: “É melhor prevenir do que remediar”?- Este é outro ponto que coloca as duas profissões em caminhos que levam ao mesmo horizonte. A medicina preventiva trabalha com o propósito de conscientização da população a respeito de determinadas doenças, inúmeras: contra doenças sexualmente

transmissíveis, cólera, dengue, malária, etc. Cada uma com sua forma de prevenção: contraceptivos, higiene, vacinas. O enfoque de que a prevenção é o melhor remédio também é aplicada diante dos documentos de arquivo. No Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 61) preservação é tomada como “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”. Silva (2008, p. 75), fala dos objetivos da preservação: “retardar o início da deterioração e de renovar a possibilidade de utilização dos acervos dentro do que chama de gerenciamento de preservação”. Ainda como modo preventivo é discutida a conservação preventiva, que diz Grimard *apud* Silva (2008, p. 79) tratar-se de

um **tratamento** que leva em conta a massa e o conjunto do acervo, é desenvolvida de forma contínua. Visa retardar a degradação dos materiais que contém a informação, por meio da melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda de acervo, dos meios de armazenagem, da educação e treinamento de usuários e técnicos. Evita o recurso extremo da restauração, uma **intervenção** corretiva (realizada após o dano ter ocorrido), com altos custos financeiros e que demanda tempo de execução.

Além da evidência de palavras ligadas diretamente ao setor de saúde em discursos pertencentes à área da informação, como constatamos na citação acima, outro fator que merece ser levado em consideração é o da gestão de documentos ainda em fase corrente como um forte aliado ao trabalho do arquivista. Algumas patologias médicas, a exemplo do Câncer em suas áreas de localização, agem silenciosamente, até que sejam descobertos por algum incomodo que esteja causando. As doenças relacionadas ao arquivo também agem desta forma. Silva (2008, p. 12) nos fala sobre este aspecto referindo-se aos documentos convencionais e as perdas ocorridas nestes tipos de registros. É citado pelo autor que estas perdas “ocorrem no universo microscópico, em um processo lento, silencioso, sendo, no início, imperceptíveis”. Deste modo, assim como na medicina, quanto mais cedo o diagnóstico da doença for realizado, mas chance de cura se tem. A respeito do termo diagnóstico também contamos com esta atividade dentre as tarefas arquivísticas. Diagnóstico arquivístico consiste na realização de várias etapas de trabalho, tais como: levantamento de dados, análise dos dados coletados e planejamento, precedentes da gestão efetiva aos documentos que se trata da implantação e acompanhamento das soluções, ou, da solução para o diagnóstico detectado.

A realidade é que os Arquivistas estão mais solicitados com o propósito de “salvarem” os possíveis sobreviventes em massas documentais acumuladas, do que formularem práticas que não deixariam essas massas chegarem ao nível caótico da realidade da maioria das instituições. Lopes (1993, p. 42) traz essa visão sobre a utilização do profissional arquivista, ele nos diz que “Infelizmente temos sido chamados, muito mais para resolver problemas gerados pelas massas documentais acumuladas do que para resolver questões que as originam, mas isto está mudando”.

Em outro momento, desta vez em apresentação no I Fórum Internacional de Arquivologia, realizado entre 25 e 27 de Novembro, 2008, Lopes nos fala novamente sobre o que ele chama de “luta”, expõe:

Normalmente os arquivistas são chamados quando a questão já é bem grave, representada pela guarda de imensos acervos ou pela impossibilidade de acesso às informações contidas. É praticamente inexistente a situação de arquivistas, convocados no Brasil, para planejar a produção e o controle do fluxo documental.

O termo remediar é representado na forma de políticas de preservação quando tratamos de questões arquivísticas. Estas políticas encontram-se em grande grau de dificuldade para sua realização, principalmente se abordamos o setor público, pois necessitam de investimentos financeiros bem maiores que os utilizados na prevenção-acompanhamento gestacional do documento por um profissional da área antes mesmo de seu nascimento. A respeito das políticas públicas de preservação contamos com a colaboração de Silva (2008, p. 12) que nos traz:

os arquivos públicos brasileiros têm sérios problemas de preservação dos documentos tradicionais sob sua custódia, que vão desde taques de fungos, térmitas, anóbios, acidez do papel, até a inexistência ou inconsistência nos procedimentos de avaliação, levantamento de controle de acervos, além da **carência de inventários, de recursos humanos e orçamentários etc.** (grifo nosso)

Quanto à participação do governo tanto na área da saúde como da informação se faz notório o descaso em ambas as áreas. É sabido que o cidadão tem entre seus direitos sociais o acesso gratuito à saúde, ainda que esta se encontre cercada e “encharcada” de descaso com o cidadão. O que muitos ainda não sabem, é que também têm direito a informação. Cabe aos governantes prezarem, realizarem, disponibilizarem um serviço público de qualidade tanto no setor da saúde, quanto da informação, promovendo para isto a abertura de cargos públicos, através de concursos, e que nestes sejam exigidos as devidas formações, afim de que se promova um melhor atendimento ao cidadão. Uma iniciativa já observada é o patrocínio, de instituições privadas, em sua maioria, aos centros de documentação, aos arquivos, incluindo-os em projetos culturais, antes só direcionados às bibliotecas e museus. Jardim *apud* Silva (2008, p. 26) sob este aspecto social da informação nos acrescenta que

Dado que o direito da informação pressupõe a existência de serviços públicos responsáveis pelo atendimento ao cidadão, trata-se também de um **direito social**. E, por trazer em si, elementos de direitos civis, políticos e sociais, trata-se também de um direito difuso, uma dimensão historicamente nova da cidadania. (grifo do autor)

A conscientização do arquivista quanto ao seu servir social é de fundamental contribuição a proliferação do seu trabalho e assim seu reconhecimento, uma vez que o arquivo deve ser dinamizado de modo que atenda às necessidades do usuário enquanto detentores de seus direitos informacionais. Jardim *apud* Silva (2008, p. 110), vem nos dizer que “[...] é fundamental que os arquivos se movam dos arquivos direcionados para os arquivistas para os arquivos direcionados aos usuários, enfatizando, cada vez mais, que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes”. Silva (2008, p. 113) ainda nos acrescenta que “a informação arquivística contemporânea é considerada hoje um recurso fundamental para o desenvolvimento da cidadania e da sociedade democrática”.

Outro ponto importante que merece ser trabalhado nestas evidências encontradas na área da saúde e na área de informação, é que ambas trabalham com a morte. Morte? Qual a relação pertinente entre a informação e morte?

Na medicina existem procedimentos que são obrigatórios para a constatação de que uma pessoa não tem mais vida, são verificados batimentos cardíacos, atividade cerebral, íris ocular, pulsações, para daí dar um diagnóstico firme e conciso: está morto, ou em linguagem mais especializada, entrou em estado de óbito. Nos arquivos a relação com “o morto” é comum e corriqueiro, basta para isto termos algumas caixas arquivo de papelão ou plástico entulhadas desordenadamente em uma sala, muitas vezes em banheiros, para logo se verificar que são denominados de arquivos mortos, sem que para isto fosse realizado o mínimo de avaliação técnica nestes documentos. Muitos autores discutem sobre este assunto e a questão é: Como uma informação pode vir a morrer? Uma informação morre se não é direcionado a ela procedimentos de gestão, obtendo-se uma perda de registros e aí sim, há morte da informação, fora isto cai “apenas” no esquecimento e no acúmulo, mas continuam vivas, como flores, que precisam ser regadas, para recuperar sua vitalidade e a todos surpreender mediante tamanha beleza. O arquivista, nestas condições, é um jardineiro que realiza trabalhos em documentos esquecidos. Vieira (2001, p. 11-12) nos fala sobre o arquivo morto como “gigante adormecido” e nos lembra a importância de se analisar estes arquivos quando fala que “[...] o arquivo morto é como fogo de lenha que qualquer sopro acende. [...] Cometem grande engano os que pensam que o arquivo é morto. Por mais antigo que seja o documento, se a informação for importante, o prazo é permanente.”. Em apresentação no I Fórum Internacional de Arquivologia (2008), Luiz Carlos Lopes expôs sobre o “arquivo morto”, com expressões como: “descansam em paz!” Lopes escreve o seguinte: “Arquivistas e não-arquivistas estão cansados de ouvir a expressão ‘arquivo morto’. Estes se referem às massas documentais acumuladas, sem tratamento profissional. O ‘falecido’ continua no Brasil continental, a representar a maior parte da documentação pública e privada que teve seu uso cessado e diminuído”.

De um médico se espera que com a chegada do paciente, sejam direcionadas a este paciente todos os procedimentos avaliativos primários ao diagnóstico final. E que não se construa nenhuma dúvida a respeito dos *sintomas*, para que o tratamento seja realizado de forma mais eficiente. A tarefa do arquivista também concerne ao recebimento tanto do usuário, quanto do documento. A respeito do recebimento do documento Vieira (2001, p. 15) nos fala que “Ao receber os documentos o pessoal de arquivo deve proceder a conferência imediata, de preferência **em dupla** para evitar

passar erros - documento arquivado errado é documento perdido embora guardado”. (grifo nosso).

Esta perspectiva de Vieira nos direciona a mais um ponto de ligação com a área médica, o de que tanto na área médica como na da informação não se tem o trabalho solitário. Um cirurgião, por exemplo, sempre ao entrar em uma sala cirúrgica e operar um paciente, por ele espera uma equipe formada por auxiliares que lhe permitiram mais eficiência em seus procedimentos. Com a interdisciplinaridade que circunda a Arquivologia, este aspecto é notável diante das ações deste profissional, o mais representativo é quando forma-se a Comissão Permanente de Avaliação, que é composta por diferentes áreas de atuação como: Direito, Administração e História e tantas outras que os documentos a serem avaliados peçam. Além do que, o processo de indexação – tarefa do arquivista- também necessita de um consenso entre uma equipe de trabalho para que seja direcionada ao documento a melhor forma de representação. Equiparar o trabalho de um arquivista o de um cirurgião é fato. Em alguns procedimentos técnicos que realizam é exatamente este contexto cirúrgico que verifica-se, como por exemplo, na seleção de documentos tão necessária à preservação da memória de um povo. Neste sentido temos ótica de Londolini *apud* Jardim (1995, p. 07) que remete: “a seleção pode se comparar ao trabalho do cirurgião, que, para salvar a vida do doente, amputa um braço ou uma perna, impedindo assim a progressão da gangrena. Ele escolheu então o mal menor”.

É bem verdade que afora estes quesitos que trabalhamos como pertinente entre as áreas da informação e da saúde tem a título de complemento os códigos de ética aos quais estes profissionais devem obedecer e seguir. Schellenberg (2006, p. 206) traz a especificação dos documentos relativos a pessoas, escreve que

Os valores dos documentos relativos à pessoas serão tratados com referência à informação que contém sobre as próprias pessoas, não com referência às suas informações sobre as condições, os problemas, as situações e coisas que o valham que afetam as pessoas.

Diante do exposto pelo autor, devemos compreender a imparcialidade que deve ser seguida pelo profissional arquivista. Além do que as informações que passarão pelas suas mãos podem ser de caráter sigiloso, não podendo assim ser disseminado aleatoriamente sem maiores critérios e consultas permissivas. A relação médico-paciente é também uma relação de sigilo, devendo interessar apenas as partes

envolvidas no atendimento, sem maiores alardes que possam causar danos morais e/ou psicológicos aos pacientes. As duas profissões em caso de violação deste sigilo têm a sua punição declarada sob forma de lei, sob a acusação de danos morais. O código de ética visa ainda instrumentar o profissional arquivista, que tem sua ética provada ao longo de suas atividades. Quando cuida de arquivos médicos, por exemplo, ou de documentos ligados à área de recursos humanos, a exemplo documentos bancários. As informações tanto da área da saúde quanto da de recursos humanos não pode ser disseminada sem maior responsabilidade e ética sobre esta informação e sobre a pessoa a qual esta informação pertence ou advém.

3. CÓDIGO DEONTOLOGICO DO ARQUIVISTA

Ainda sobre a abordagem da ética profissional que adorna as profissões temos como inserção discursiva as palavras de Belloto (2008, p.10), voz ativa da literatura arquivística, onde traz: “Um código de ética começa pela definição dos princípios que o fundamentam e se articula em torno dos eixos de normas: direitos e deveres.”. Diz-nos ainda da necessidade de que o código tenha em seu processo de criação a avaliação de consensos progressivos de modo que o resultado dessa elaboração represente para um grupo suas formulações éticas e morais a serem seguidas. Ilustra-nos sob a forma de 10 itens, o que chama de “grandes deveres éticos, científicos e técnicos dos arquivistas”, os quais serão sintetizados a seguir:

- 1- “Os arquivistas mantêm a integridade dos documentos que estão a seu cargo e sob sua vigilância”
- 2- “Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos no seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, deste modo, a sua proveniência, preservando e tornando assim explícitas as suas inter-relações originais”.
- 3- “Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos durante as operações de tratamento, de conservação e de exploração”.
- 4- “Os arquivistas asseguram sempre a comunicabilidade e a compreensão dos documentos”.
- 5- “Os arquivistas são responsáveis pelo tratamento dos documentos e justificam as suas modalidades”.

- 6- “Os arquivistas facilitam o acesso do maior número possível de utilizadores aos arquivos e oferecem imparcialidade dos seus serviços a todos os usuários”.
- 7- “Os arquivistas procuram encontrar um justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito do saber e o respeito pela vida privada”.
- 8- “Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam aproveitar-se injustamente da sua posição, para si próprios ou para quem quer que seja”.
- 9- “Os arquivistas procuram melhorar o nível profissional, renovando sistematicamente e continuamente os seus conhecimentos arquivísticos e partilhando o resultado das suas investigações e da sua experiência”.
- 10- “Os arquivistas trabalham em colaboração com os seus colegas e os membros das profissões que lhes são próximas, a fim de garantir largamente, a conservação e a exploração do património documental”.

Diante da síntese acima procuraremos agora fazer adaptações que seriam entendidas como éticas para os profissionais médicos, podemos assim dizer:

- 1- Os médicos mantêm a integridade dos pacientes que estão a seu cargo e sob sua vigilância.
- 2- Os médicos analisam, diagnosticam e tratam seus pacientes através de forma farmacêutica, ou não, mantendo-os orientados para um melhor resultado da queixa pelo paciente relatada e por exames comprovados.
- 3- Aos médicos, a obrigatoriedade de preservação da vida humana, observando as limitações de suas intervenções, durante as operações de tratamento.
- 4- Os médicos asseguram sempre uma melhor situação de saúde aos seus pacientes.
- 5- Os médicos são responsáveis pela aplicação de tratamentos justificando para isto o uso de conhecimentos acadêmicos intelectuais.
- 6- Os médicos oferecem imparcialidade dos seus serviços a todos os pacientes, dando assim confiança ao atendimento.
- 7- Os médicos procuram encontrar um justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre seus deveres e seus direitos.
- 8- Os médicos servem aos interesses de todos e evitam aproveitar-se injustamente da sua posição, para si próprios ou para quem quer que seja.

9- Os médicos procuram melhorar o nível profissional, renovando sistematicamente e continuamente os seus conhecimentos científicos e partilhando o resultado das suas investigações e da sua experiência para melhora da saúde social.

10- Os médicos trabalham em colaboração com os seus colegas e os membros de equipe que lhes são dispostos, a fim de garantir largamente, a conservação da saúde humana.

Todo este acima disposto nos elucida mais brandamente que a caminhada destas duas profissões se convergem, aliás, tratam de vida, médico: humana, arquivista: informacional.

Uma outra vertente que se converge entre as profissões são os materiais e vestimentas que eles utilizam. O profissional arquivista deve realizar seus procedimentos devidamente composto com: jaleco, óculos cirúrgico, luvas cirúrgicas, touca e máscara, afim de que nenhum elemento do documento em análise e/ou tratamento possa estar entrando em contato direto com este profissional, prejudicando sua salubridade. Um médico igualmente ao arquivista também se utiliza destes objetos para compor sua preparação ao atendimento de um paciente. Afora instrumentos como bisturis que também são utilizados pelo profissional arquivista. Estes instrumentos são solicitados no processo de restauração, no processo de higienização e em outras fases de tratamento intelectual e técnico destinado aos documentos. Lopes e Padilha (2002, p. 22) falam no tocante dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) no ato da higienização e nos diz que esta etapa

exige proteção pessoal aos executores do trabalho. Luvas de látex e de tecido, únicas ou sobrepostas. [...] Aventais de manga comprida e máscaras são Acessórios necessários. Recomenda-se a utilização de sabonetes bactericidas para a lavagem das mãos após o serviço.

Encontramos ainda entre estes profissionais a equiparação quanto ao ambiente de trabalho. No caso dos médicos, é sabido, que este ambiente tem que ser um ambiente de limpeza extrema e o mais longe de bactérias possíveis, principalmente em casos cirúrgicos, onde deve então, este profissional trabalhar em um ambiente próprio para sua atuação, e que dificulte as incidências de infecções hospitalares. O profissional arquivista também requer certas especificidades em seu ambiente de trabalho, Lopes e Padilha (2002, p. 22) nos dizem que “o trabalho deve ser executado preferencialmente em ambiente isolado das áreas que se realizam as demais atividades da instituição.”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tantas outras evidências podem ser detectadas a respeito da relação de aproximação que existe entre o profissional médico e o arquivista. E, logo em resposta a nossa premissa inicial se seria o arquivista o médico dos documentos, este trabalho traz resposta afirmativa a esta questão. Porém algumas ressalvas devem ser feitas, como por exemplo, de que a realidade das instituições públicas e privadas é a de que o arquivista é muito mais um “socorrista” do que um médico propriamente dito, no sentido “tranquilo” da profissão. Isto se constata nos planos “imediatistas” formulados pelas instituições as quais os arquivistas são solicitados.

Diante da discussão que apresentamos neste trabalho podemos pontuar as seguintes informações:

- A arquivologia com sua interdisciplinaridade liga-se com outras profissões;
- Há o caráter social entre as duas áreas;
- As duas áreas trabalham com prevenção e “remediação” / preservação e restauração;
- É notória a falta de políticas públicas governamentais que viabilizem o melhor desempenho das profissões;
- As atividades dos dois seguimentos não devem ser executadas por pessoas que não têm preparação acadêmica adequada;
- Ambas as profissões devem respeitar o código de ética aos quais foram apresentados durante sua formação profissional;
- Arquivistas e médicos devem estar devidamente paramentados para execução de suas funções;

Os arquivos encontram-se, generalizadamente, doentes, e cabe ao arquivista orientar a sociedade a respeito desta problemática na busca da cura de algo que nos espelha e reflete a vivência social: o documento, o paciente.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. As responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista. Apresentação no I Fórum Internacional de Arquivologia. p. 5-15.

Paraíba, 2008. Cadernos Temáticos

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

FERREIRA, Josivaldo Soares; FIDELIS; Marli Batista; LIMA, Maria José Cordeiro de. **A gestão documental como melhoria do fluxo de informação hospitalares**: um estudo de caso.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

INDOLFO, Ana Celeste et al. **Gestão de Documentos**: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. V.25, n2. **Ciência da Informação**, 1995.

LOPES, Leandro Pereira de Melo; PADILHA, LÍlian Molinari. **Higienização de documentos com suporte em papel**: São Paulo, 2002.

LOPES, Luiz Carlos. **Arquivópolis**: uma utopia pós-moderna. Revista Ciência da Informação; v.22, n1, p.41-43, Brasília, Jan/Abr, 1993.

LOPES, Luiz Carlos. O arquivista hermeneuta: arquivística, comunicação e cultura: a luta contra a doxa arquivística. Apresentação no I Fórum Internacional de Arquivologia. p. 16-21. Paraíba, 2008. Cadernos Temáticos

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed; 388 p. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnica de Arquivo e Controle de Documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2001. 115p.